Turismo, desenvolvimento e meio ambiente

Zulma das Graças Lucena Schussel

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SCHUSSEL, ZGL. Turismo, desenvolvimento e meio ambiente. In BRASILEIRO, MDS., MEDINA, JCC., and CORIOLANO, LN., orgs. *Turismo, cultura e desenvolvimento* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 99-121. ISBN 978-85-7879-194-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Turismo, Desenvolvimento e Meio Ambiente

Zulma das Graças Lucena Schussel

Introdução

O setor de turismo tem se mostrado como alternativa de desenvolvimento econômico em diversas regiões do mundo, conforme revelou o documento “Panorama do Turismo Internacional” publicado pela OMT (2009). Representando 30% das exportações de serviços e 6% das exportações totais no mundo, esse setor está classificado em 4º lugar na categoria de exportação, abaixo apenas dos combustíveis, produtos químicos e automóveis.

No Brasil, o desenvolvimento econômico registrado nos últimos anos permitiu o maior acesso da população aos produtos turísticos, propiciando o crescimento do setor. A realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, também está se constituindo num fator de indução de novos investimentos na área.

De acordo com estudos feitos pelo Ministério do Turismo, no que se refere às viagens aéreas, estima-se que os desembarques domésticos saltarão de 68,26 milhões, registrados em 2010, para 73 milhões, em 2014 (7,5%). Projeta-se também a geração de dois milhões de empregos formais e informais no setor de turismo entre 2010 e 2014, enquanto estima-se que a entrada de divisas internacionais deverá crescer 41%, no mesmo período, passando de R\$ 6,3 bilhões em 2010 para R\$ 8,9 bilhões no ano de realização da Copa.

A partir dessas considerações iniciais, esse artigo tem por objetivo discutir os possíveis conflitos gerados pelo turismo, enquanto propulsor do desenvolvimento urbano e regional e enquanto risco de degradação do ambiente natural. Adotou-se como estudos de caso, os municípios de Balneário Camboriú em Santa Catarina e Porto Seguro na Bahia, dois destinos consolidados do ponto de vista da demanda turística, que receberam em 2010, respectivamente, 4,3 milhões (Secretaria de Turismo de Balneário Camboriú) e um milhão de turistas (Secretaria de Estado de Turismo da Bahia). Esses dois municípios tiveram, inicialmente, como atrativo, o meio ambiente natural – as praias - e conforme foram se consolidando, surgiram atividades antrópicas dirigidas ao turismo de massa, de forma a manter a sua atratividade alta.

O Turismo no Mundo e na América do Sul

Segundo a OMT, turismo é um “conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de

lazer, negócios ou por outros motivos não relacionados ao exercício de alguma atividade remunerada no local visitado” (OMT, 1994).

As atividades de turismo têm impactos diretos e indiretos na economia, sendo entendidos como impactos diretos, os provenientes das atividades de comércio e serviços, tais como: hotelaria, transportes, atrações e ligadas ao lazer; e, das atividades industriais, entre elas: construção civil, na área de empreendimentos de lazer, indústrias ligadas à alimentação, entre outras. (WTTC, 2011). As atividades de impacto indireto são aquelas vinculadas aos investimentos públicos e de fornecedores de serviços que alimentam as atividades diretas.

No PIB mundial, a participação direta das atividades de turismo é igual a 4,8%, sendo que a participação total (incluindo a participação indireta) é de 9,1%, ressaltando-se que, do total de investimentos no mundo, aqueles destinados ao turismo representam 6,5%. No que se refere ao número de empregos gerados, em 2011, o turismo é responsável por 8,3% do total, somando-se os empregos indiretos, o que demonstra a sua importância na economia mundial.

Na América do Sul, as atividades voltadas ao turismo mantêm um ritmo de expansão expressivo, tendo apresentado, no primeiro semestre de 2011, um crescimento de 15% em relação ao ano anterior, equivalendo ao triplo da média mundial, (4,4%), no mesmo período. O Brasil teve um crescimento de 11,7%, também superior ao crescimento médio mundial. No entanto, no ranking de países latino-americanos, o país situa-se em 6º lugar quanto à participação do turismo no PIB nacional, enquanto o México encontra-se no 1º lugar, com o percentual de 6,19%, como se observa no Gráfico 1.7

Gráfico 1 – Participação direta e indireta do Setor de Turismo no PIB nacional dos países latino americanos, 2011

Fonte: World Travel & Tourism Council (WTTC), 2011.

Disponível em: http://www.wttc.org/bin/pdf/original_pdf_file/2011_world_economic_impact_rep.pdf

Porém, deve-se levar em conta que o país encontra-se com a economia diversificada, enquanto alguns dos países classificados, neste ranking em posição superior a ele, têm no turismo uma de suas maiores fontes de renda.

Ao mesmo tempo, considerando o potencial turístico existente no país, percebe-se que a participação do turismo, no PIB nacional, tem um potencial para ser mais elevada, dependendo das políticas públicas para o setor.

Turismo Sustentável

A OMT (Organização Mundial do Turismo, 2011), define o turismo sustentável como *“ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para locais e comunidades, exigindo integração com o ambiente natural, cultural e humano”*, o

que representa a inclusão das comunidades locais e do meio ambiente como protagonistas nas políticas públicas voltadas ao setor.

Dessa forma, o turismo sustentável reporta-se ao conceito original de sustentabilidade, que segundo Jacobi (2006, p. 115):

Implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento. Isto representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades.

Ainda segundo aquele autor: *“É cada vez mais notória a complexidade desse processo de transformação de um cenário urbano crescentemente não só ameaçado, mas diretamente afetado por riscos e agravos socioambientais”*.

De fato, constata-se que a atividade turística faz parte desse processo, enquanto agente transformador dos espaços urbanos voltados para o consumo de bens e serviços, tendo a paisagem como um dos “produtos” a oferecer. A crítica de muitos autores sobre o desenvolvimento do turismo atual, é que, não se trata do desenvolvimento pelo turismo e sim do desenvolvimento para o turismo, o que significa que a preocupação com a criação de cenários adequados à atração turística supera aquelas com a população e o meio ambiente local.

Na implementação de uma política de desenvolvimento turístico que tenha como objetivo atrair o deslocamento de

grandes contingentes populacionais, uma das dificuldades a serem ultrapassadas é garantir a sustentabilidade baseada no tripé: desenvolvimento econômico, qualidade de vida e proteção do meio ambiente, como se verifica no caso dos dois municípios estudados.

O turismo de massas é tido como um sério risco aos ambientes naturais e às comunidades locais, e alguns autores tratam-no como “pólo oposto” ao turismo sustentável e consideram que este só é viável em pequena escala, e de forma alternativa. No entanto, as estatísticas mostram que o turismo de massa vem crescendo, abrangendo as várias classes sociais, com grandes redes de serviços integradas oferecendo “pacotes” completos a preços acessíveis. Com isso, transformam-se cidades com sua economia voltada exclusivamente para as atividades turísticas.

Outros autores consideram que existe a possibilidade da implementação do turismo de massas de forma sustentável, a partir da implantação de infraestrutura e regras que permitam manter a integridade das condições locais tanto físicas como culturais. FERREIRA (2010 p. 50) propõe o princípio da convergência, que segundo ele, representa a compreensão “do turismo sustentável como um objetivo a alcançar, independentemente da escala, aceitando que o conceito ainda está em evolução e isso limita sua consolidação e que não se trata de eliminar o turismo de massa, mas de encontrar formas mais sustentáveis de exercê-las”.

Dessa forma, vem crescendo o movimento internacional das grandes cadeias hoteleiras, no sentido de adotar práticas sustentáveis nos seus estabelecimentos, investindo em novas tecnologias e medidas para mitigar as emissões de carbono.

Porém, do ponto de vista social e cultural, essas cadeias internacionais, muitas vezes, promovem a gentrificação da região onde se instalam, pela atração das classes de mais alta renda e pela valorização dos imóveis em seu entorno, fazendo com que a população local se desloque para outras áreas não demandadas pelo processo, com condições inferiores daquelas onde residiam anteriormente. Passam a ser atores coadjuvantes das cidades onde vivem e onde os turistas são os protagonistas principais.

O conceito de turismo sustentável não pode ser entendido sem a participação de todos os atores que atuam num determinado espaço, e sem a análise criteriosa da capacidade de suporte que o meio físico dispõe para receber um contingente humano, no caso do turismo de massa.

As Fases da atração dos destinos turísticos

O desenvolvimento dos destinos turísticos passa por diversas fases e, em alguns casos, depois de algum tempo, a atração dos turistas sofre um arrefecimento, fazendo com que esses espaços se esvaziem, ficando degradados. Os investidores externos passam a procurar outros locais para seus empreendimentos e a população residente fica com o ônus da recuperação da paisagem e da economia local. Nesse sentido, o modelo de ciclo de produto para o turismo, desenvolvido por BUTLER (1980), propõe uma análise das condições dos destinos turísticos a partir do modelo de análise para o Ciclo de Vida das Destinações Turísticas. Ele considera que esses destinos, durante sua evolução, passam por seis fases, quais sejam: exploração, investimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, declínio e, talvez, rejuvenescimento.

Na fase de exploração, é quando aparecem os primeiros turistas, que divulgam o lugar como destino, e a população se torna receptiva a eles. A fase de investimentos se dá quando há a percepção do poder público e dos empreendedores locais ou não, da potencialidade do lugar e passam a investir em melhorias e adequações para o setor turístico.

A fase de desenvolvimento é identificada pelo momento em que começa a crescer o número de turistas, passando em seguida para a fase de consolidação, quando o destino já é bastante conhecido e tem uma procura regular. A partir dessa fase, existem várias alternativas, entre elas:

- Os empreendedores e o poder público se acomodam e não investem na manutenção dos espaços públicos e privados, nem em novos atrativos, gerando uma estagnação que tenderá ao declínio do destino turístico. O destino chega ao seu limite de saturação a partir de vários fatores, muitos deles vinculados à capacidade de suporte do meio físico, ou do meio social. Nesse caso, associado ao esvaziamento da procura turística, aparece o desgaste econômico da comunidade local, com a perda da renda que repercute nas finanças públicas.
- Ou, diferentemente, os empreendedores e o poder público, na fase de consolidação percebem que, para manter o destino atrativo é necessário investir em novas atrações e manter uma boa qualidade de vida do lugar, passando para a fase de rejuvenescimento da atividade. Nesse caso, observa-se que as questões ambientais são fatores importantes de rejuvenescimento.

O Turismo no Brasil

Como foi descrito inicialmente, vários fatores foram responsáveis pelo incremento do turismo no Brasil nas últimas décadas: aumento da renda da população, crescimento das companhias aéreas, ampliação da infraestrutura viária e dos serviços ligados ao turismo.

Do ponto de vista da gestão pública, ainda no final da década de 50, foi criada a Companhia Brasileira de Turismo, substituída posteriormente pela Embratur, autarquia vinculada ao Ministério do Turismo (MTB), que tem como objetivo implementar a Política Nacional do Turismo - PNT.

Com a realização da Rio/92, a PNT foi obrigada a incorporar as questões ambientais, até então pouco consideradas nos empreendimentos turísticos. A Lei nº 11.771/2008 que instituiu a Política Nacional de Turismo define o papel do poder público no setor, atuando na promoção da logística e propiciando condições para a capacitação da mão-de-obra. Para sua implementação, o MTB tem desenvolvido estudos e pesquisas objetivando avaliar a real situação dos principais destinos turísticos nacionais e dos potenciais ainda não explorados.

Existem hoje no país, sessenta e cinco destinos indutores de desenvolvimento turístico regional, segundo o MTB, que os classificou de acordo com os seguintes critérios: infraestrutura; acesso; serviços e equipamentos turísticos; atrativos turísticos; marketing e promoção do destino; políticas públicas; cooperação regional; monitoramento; economia local; capacidade empresarial; aspectos sociais; aspectos ambientais e aspectos culturais. A partir destes critérios foi

definida uma pontuação de 0 a 100 para cada item e calculada a média ponderada entre eles. Outro critério adotado pelo estudo foi a separação entre os municípios, capitais de estados e não capitais.

Porto Seguro e Balneário Camboriú foram incluídos nas macrozonas regionais à que pertencem, sendo Porto Seguro um dos 23 destinos da macrozona nordeste e Camboriú, um dos nove destinos da macrozona sul, conforme mostra o Quadro abaixo:

Quadro 1 - Principais Destinos Indutores das
Macrorregiões Sul e Nordeste

Macrorregião Sul	Cidades
	Curitiba
Paraná	Foz do Iguaçu
	Paranaguá
	Bento Gonçalves
Rio Grande do Sul	Gramado
	Porto Alegre
	Balneário Camboriú
Santa Catarina	Florianópolis
	São Joaquim
Macrorregião Nordeste	Cidades
	Maceió
Alagoas	Maragogipe
	Lençóis
	Maraú
Bahia	Mata de São João
	Porto Seguro
	Salvador
	Aracati
	Fortaleza
Ceará	Jijoca de Jericoacoara
	Nova Olinda

Maranhão	Barreirinhas
	São Luís
Paraíba	João Pessoa
	Fernando de Noronha
Pernambuco	Ipojuca
	Recife
	Parnaíba
Piauí	São Raimundo Nonato
	Teresina
Rio Grande do Norte	Natal
	Tibau do Sul
Sergipe	Aracaju

Fonte: Índice de Competitividade do Turismo Nacional -
65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional –
Relatório Brasil 2010 / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador)
Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

Para avaliar a competitividade desses destinos no cenário nacional e internacional, um dos itens que teve bastante peso na análise foi o seu status ambiental, não somente em relação ao turismo, mas avaliando principalmente os seguintes aspectos: Estrutura e legislação municipal de meio ambiente; Atividades em curso potencialmente poluidoras; Rede pública de distribuição de água; Rede pública de coleta e tratamento de esgotos; Coleta e destinação pública de resíduos; e Unidades de conservação do território municipal.

É interessante notar que nenhum dos aspectos analisados levou em conta a paisagem natural e antrópica desses locais, apesar da influência que exercem na escolha dos usuários.

Balneário Camboriú e Porto Seguro

Os municípios de Balneário Camboriú e Porto Seguro têm em comum as características de destinos atrativos de turismo de massa, consolidados efetivamente a partir da década de 80, e desprovidos, na época, de um planejamento que lhes garantisse um desenvolvimento sustentável. O Quadro 2, abaixo, apresenta informações gerais sobre cada um deles, observando-se que a densidade demográfica de Camboriú é aproximadamente seis vezes maior que a de Porto Seguro, enquanto que o incremento populacional, entre 1991 e 2010, de Camboriú foi de 7,17%, enquanto o de Porto Seguro foi de 266,20% no mesmo período, demonstrando que, enquanto Camboriú mantém a característica de local turístico com uma população flutuante nas temporadas, Porto Seguro se estrutura a partir de um crescimento populacional expressivo, que se soma aos turistas.

Quadro 2 – Dados Gerais sobre os municípios
Balneário Camboriú/SC e Porto Seguro/BA

MUNICÍPIOS	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	PORTO SEGURO
Área do município	214,49 km ²	2408,49 km ²
Densidade Demográfica	290.43 Hab/Km ²	52,72 Hab/Km ²
População Total 1991	58.188 habitantes	34.661 habitantes
População Total 2000	73.292 habitantes	95.721 habitantes
População Total 2010	62.361 habitantes	126.929 habitantes
População Urbana 2010	59.231 habitantes	104.078 habitantes
População Rural 2010	3.130 habitantes	22.851 habitantes
Homens	31.159 habitantes	63.489 habitantes
Mulheres	31.202 habitantes	63.440 habitantes
Incidência de Pobreza (2003)	36,93% da PT	52,17% da PT

Índice de Gini	0,39	0,47
População Residente em domicílios particulares com saneamento inadequado e rendimento nominal domiciliar per capita médio mensal até ½ salário mínimo. (R\$255,50) (2011)	60,0%	78,4%
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade – 2010	1,5%	12%

Fonte: IBGE Cidades, 2010.

Balneário Camboriú

A ocupação do território onde se localiza o Balneário Camboriú ocorreu por volta de 1758, quando algumas famílias procedentes de Porto Belo se estabeleceram no lugar denominado Nossa Senhora do Bonsucesso, que mais tarde passou a se chamar Barra. Atraídas pela fertilidade do solo e pelo clima, chegaram outras famílias de origem alemã.

A vocação turística da região surgiu efetivamente a partir de 1920, com as primeiras casas de veraneio, de moradores provenientes do Vale do Itajaí, que trouxeram o hábito até então inexistente na região, de utilizar a praia como área de lazer e ali instalar a segunda residência da família.

A implantação da BR 101, na década de 1970, proporcionou um grande crescimento de turistas, atraídos pela facilidade de acesso, inclusive turistas latino-americanos, principalmente argentinos e paraguaios, que desde então frequentam a região.

O Balneário Camboriú, como destino turístico, teve várias potencialidades que o favoreceram: sua localização numa região litorânea de especial beleza natural; a existência de equipamentos de turismo de grande porte em municípios próximos, destacando-se o Parque Beto Carrero World (Município Penha); a realização da October Fest, (Município Blumenau) que propiciou a criação de uma extensa programação de festas populares nos municípios da região.

Outra motivação para os turistas é a existência de importantes indústrias têxteis existente no Vale do Itajaí, com vários pontos de venda ao longo das estradas de acesso à Balneário Camboriú, e um comércio intenso na própria cidade, oferecendo preços vantajosos.

De acordo com o ciclo de vida das destinações turísticas de Butler, Camboriú passou da fase de consolidação e encontra-se na fase de rejuvenescimento, uma vez que tanto o poder público como os empresários locais, continuam investindo em novas atrações, entre as quais, destacam-se: o Parque Unipraias, o Cristo Luz, a Via Gastronômica, o zoológico, o teleférico do Parque Cyro Gevaerd, além de uma área comercial diversificada.

É possível observar um processo de gentrificação que vem ocorrendo a partir da década de 2000, com o aumento dos empreendimentos de luxo que tiveram, nos últimos anos, uma valorização bem acima da valorização média de edificações similares em grandes cidades não litorâneas do Sul do país. Também nas áreas próximas ao mar, ocorreu um surto de edificações de 30 a 40 pavimentos, com a aquiescência do poder público, que promoveu alterações na lei de zoneamento, permitindo a liberação do número de pavimentos

em algumas zonas da cidade. Essa valorização intensiva tem levado a população de mais baixa renda a procurar lugares mais distantes, principalmente, no município de Camboriú, desmembrado do Balneário do mesmo nome.

Figura 1 – Evolução da Ocupação
Imagens de Balneário Camboriú - 2004 e 2011

Fonte: Google. Acessado em 30/03/2012.

Os problemas ambientais, por sua vez, vêm se ampliando na área urbana, como por exemplo: as faixas de preservação permanente (APPs) ao longo dos córregos e rios urbanos (a lei de zoneamento municipal definiu uma faixa de 15 m ao longo de cada margem dos rios e córregos, contrariando o Código Florestal Federal (Lei nº 4771/ 65, que determina uma faixa de preservação permanente de 30m ao longo de cada margem).

A infraestrutura viária, com caixas de vias estreitas, herança do parcelamento inicial do solo, e a elevação do gabarito das edificações criam problemas de insolação nos andares mais baixos, que associados à umidade do ar, fazem proliferar fungos, que prejudicam a saúde dos habitantes.

Figura 2 – Traçado Viário de Balneário Camboriú

Fonte: Prefeitura Municipal de Camboriú, 2012.

Também os espaços públicos e a própria praia têm ficado cada vez mais prejudicados com o sombreamento provocado pelos edifícios.

Figura 3 – Sombreamento da praia pelos edifícios da Avenida Beira Mar

Fonte: Autora (2012)

A liberação do gabarito das edificações, em algumas zonas, vem gerando o lançamento de projetos de prédios cada vez mais altos, como mostram os exemplos na Figura nº 4.

Figura 4 – Lançamentos de Edifícios com mais de 30 andares

02 TORRES COM
49 PAVIMENTOS EM
CADA UMA

41 PAVIMENTOS

41 PAVIMENTOS

03 TORRES COM 38
PAVIMENTOS EM
CADA UMA

38 PAVIMENTOS

37 PAVIMENTOS

Fonte: Disponível em <http://www.skyscrapercity.com>. Acessado em 30/03/2012.

Essa verticalização intensiva tende a produzir uma densidade populacional em épocas de temporada, que saturará os serviços e equipamentos urbanos, além de ampliar os congestionamentos já existentes na cidade como um todo.

Porto Seguro, Bahia

Porto Seguro se configura no segundo polo de atração turística da Bahia, sendo superado apenas por Salvador e é o destino de 10,8% dos turistas que visitam o Estado. Um dos principais atrativos de Porto Seguro é de caráter histórico-cultural, uma vez que o município é reconhecido como o “lugar de origem da nação brasileira”, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Mas, a beleza natural de suas praias e o ecossistema diversificado fazem do município um dos 23 principais destinos indutores de turismo da Macrozona Nordeste.

Figura 5 – Zonas Turísticas do Estado da Bahia

Fonte: SETUR-BA. Disponível em http://www.setur.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/portoseguro_04-01-10.pdf. Acesso em 31/03/2012.

Um estudo das áreas turísticas do Estado, realizado pela SETUR-BA, identificou que as mesmas encontravam-se dispersas nas diversas regiões do Estado, como mostra a Figura 5 acima. Para melhor estruturar a sua gestão, foram agrupadas em função da sua proximidade física e temática.

O crescimento urbano da Zona Turística Costa do Descobrimento, à qual pertencem Porto Seguro, Caraíva e Itaquena, gerou perdas ambientais, uma vez os ecossistemas associados, como dunas, restingas e brejos foram ocupados pela urbanização e barracas de praia, fazendo com que a Costa

do Descobrimento fosse considerada prioritária na implantação de projetos pelo Programa de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR, com financiamento externo.

O incremento da população, que entre 1991 e 2010 foi de 92.268 habitantes, teve um forte impacto sobre o município, desde a geração de ocupações irregulares, crescimento do comércio informal e sobrecarga dos serviços e equipamentos públicos. A seca e a crise na lavoura de cacau, que ocorreram na Bahia, tiveram como consequência uma migração de pequenos lavradores para as cidades litorâneas do sul da Bahia, tendo nas ocupações informais uma fonte de renda. O bairro “O Baianão” é uma favela de Porto Seguro onde residem aproximadamente 20.000 habitantes cuja fonte de renda são atividades ligadas ao turismo.

Ao mesmo tempo em que o município desenvolve planos estratégicos para o fortalecimento do turismo, verifica-se, nos resultados do último censo do IBGE (2010), que a população não tem conseguido capitalizar esses esforços a seu favor, uma vez que aproximadamente 60,27% dos domicílios dispõem de uma renda igual ou inferior a dois salários mínimos, enquanto 12% da população de 15 anos ou mais não sabem ler ou escrever.

Considerações Finais

A demanda turística dos dois municípios se expressa de forma diferente, enquanto em Camboriú é fortalecida a opção de segunda moradia para as faixas de renda mais altas, em Porto Seguro, a demanda gira em torno de “pacotes” oferecidos pelas agências de viagem e a rede hoteleira instalada.

Balneário Camboriú está se transformando num polo regional de comércio e serviços especializados, com a criação, inclusive, de um centro universitário, e seus atrativos vão se aglutinando em torno de atividades urbanas (bares, restaurantes, shoppings centers, cinemas, entre outros), enquanto a praia já não é mais o fator principal de atração, uma vez que as praias próximas oferecem mais qualidade ambiental para os que procuram por esse tipo de lazer.

Porém, os demais municípios litorâneos de Santa Catarina vêm seguindo seu modelo de urbanização, correndo-se o risco da inviabilização da região pela saturação de pessoas e carros nas temporadas, acompanhada por uma verticalização intensiva, sem áreas livres. Caberá então, segundo Butler, rever as propostas de ocupação do solo urbano, de forma a garantir a sustentabilidade urbana, que envolve além dos aspectos ambientais já identificados, outros fatores tais como a mobilidade e a logística urbana, o saneamento ambiental, entre outros.

Porto Seguro, em função do reconhecimento da sua importância na história brasileira e das características do seu litoral, apresenta qualificações para a manutenção de seu papel de polo turístico nacional. O município tem condições de ofertar um turismo de massa, bastando para isso, implementar as políticas desenvolvidas pelos planos estaduais e municipais para a região, além de dirigir mais atenção à população residente, capacitando-a para usufruir os benefícios econômicos gerados pelo turismo.

Cabe a seus governos e suas comunidades locais uma reflexão sobre que futuro estão construindo e se essas serão as cidades que desejam para suas gerações futuras. No caso

de Porto Seguro, essa reflexão se estende ao seu patrimônio cultural e histórico, de grande relevância para o país. No caso de Balneário Camboriú, é importante avaliar a capacidade de suporte de seu ambiente natural com relação às densidades populacionais que estão sendo geradas no seu espaço urbano.

Referências

AGUIAR, Leila Bianchi. **Os Sítios Urbanos como Atração Turística: o Caso de Porto Seguro**. Caderno Virtual de Turismo. ISSN: 1677-6976 , v. 3, n. 1. 2003.

BUTLER. R. W. **The concept of a tourist area life cycle of evolution implications for management of resources**. Canadian Geographer, Vol. 24, n. 1, p 5-12. 1980.

CORDEIRO, Itamar, BENTO, Eloíza, BRITTO, Carlos. **Turismo e desenvolvimento sustentável: considerações sobre o modelo de resorts no litoral nordeste do Brasil**. Disponível em: <www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno>. Acesso em 31 mar 2012.

JACOBI, Pedro. **Dilemas Socioambientais Na Gestão Metropolitana: Do Risco À Busca Da Sustentabilidade Urbana** in POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais, n.25, p. 115-134, 2006.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. **Urbanização Turística Um Novo Nexo Entre O Lugar E O Mundo**. Texto apresentado no II Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Fortaleza, publicado nos Anais do mesmo congresso, 1998.

SOARES, Cristiane. **Turismo e Integridade Ambiental: realidades e conflitos na paisagem litorânea**. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio, 2011. OMT. **World Tourism Barometer**. Madri, v.7, n.2, junho 2009.

WTTC World Travel & Tourism Council (), 2011.
Disponível em: <http://www.wttc.org/bin/pdf/original_pdf_file/2011_world_economic_impactrep.pdf> Acesso em: 25/03 /2012.

SECTUR - Secretaria de Turismo de Balneário Camború.
Disponível em: <<http://www.secturbc.com.br>>. Acesso em: 25/02 /2012.

SETUR – BA - Secretaria de Estado de Turismo da Bahia.
Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/portoseguro_04-01-10.pdf> Acesso em: 31/03/2012.

MT – Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional - 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2010**.

FERREIRA, Larissa da Silva. **Organização das Políticas Públicas de Turismo no Brasil: Diretrizes Nacionais e Fragilidades Locais**. Núcleo RMNatal – Observatório das Metrópoles e PPG- UFRN, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.771/2008 Institui a Política Nacional de Turismo. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 25/02 /2012.